

## O ESTUDO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO ESPAÇO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NA PERSPECTIVA TRADICIONAL E LINGUÍSTICA

Eduardo de Souza Firmino<sup>1</sup>

*Universidade Estadual da Paraíba*

[firminojp15@hotmail.com](mailto:firminojp15@hotmail.com)

Dr. Juarez Nogueira Lins (PROFLETRAS – UEPB)

*Universidade Estadual da Paraíba*

[junolins@yahoo.com.br](mailto:junolins@yahoo.com.br)

### RESUMO

As discussões sobre o ensino de nomenclaturas gramaticais, nas escolas básicas, situam-se entre as perspectivas tradicional e linguística, embora esta última, ainda não faça parte, efetivamente, das aulas de língua portuguesa. Nesta aula, o livro didático, o principal instrumento de trabalho do professor (a), parece seguir na direção da Gramática Tradicional (GT). Diante da necessidade de acirrar esse debate e ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental, objetivou-se analisar o uso da Concordância Verbal (CV) na Gramática Tradicional (GT) e na Gramática do Português Brasileiro (GPB), com o propósito de avaliar a adequação desse conteúdo (CV), proposto por cada gramática, à realidade dos alunos do ensino fundamental II, de escolas básicas. Nessa perspectiva, realizou-se um estudo comparativo entre a visão da gramática tradicional de Almeida (1998), cuja ideia está respalda em um ensino gramatical normativo em sala de aula e a visão da Gramática do Português Brasileiro de Bagno (2013) que reforça a necessidade de estudar a língua contextualizada, ou seja, estudar a linguagem em práticas sociais reais de uso. Para se compreender as visões dos autores citados acima e efetivar a proposta, contou-se com as contribuições teóricas dos PCN (1998), de Antunes (2014), Bezerra e Reinaldo (2013), Bortoni-Ricardo (2005), Neves (2012) Palmares e Bravin (2012), Vieira e Brandão (2013), Scherre (2005), Bagno (2013) entre outros. E do ponto de vista da metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva/interpretativista. De acordo com a análise das duas gramáticas, que entendem de forma distinta, o uso e a funcionalidade da gramática em sala aula, considerou-se que a gramática trabalhada na perspectiva linguística (Bagno, 2013) é a mais viável, devido ao fato dela entender que a língua perpassa sempre por um processo de transformação socio-histórica, e que resulta em falantes dotados de inúmeros aspectos linguísticos, os quais a escola não consegue acompanhar. No entanto, a gramática normativa, como a de Almeida (1998) ainda tem o seu espaço na sala de aula. Cabe, portanto, aos professores de língua materna, levar para a sala de aula outras formas de complementação de estudos gramaticais, para que o ensino e a aprendizagem possam dá um salto de qualidade em nossas práticas de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino de Gramática, Tradicional, Linguístico, Realidade social, Discente.

### 1 Discussões Iniciais

O uso da metalinguagem (Gramática tradicional) tem despertado alguns questionamentos sobre os reais efeitos no ensino de língua, concomitantemente surgiram

---

<sup>1</sup> Aluno do Mestrado Profissional em Letras – UEPB.

estudos linguísticos que tentam compreender o valor social que a linguagem pode exprimir aos falantes enquanto prática discursiva. Diante dessa perspectiva, surgiram vários estudos na área da linguagem, que visam inserir contribuições teóricas e práticas, acerca da necessidade de rever conceitos e usos gramaticais normativos no espaço escolar.

Esses estudos sobre a linguagem, discutidos nas aulas da disciplina Gramática, Variação e Ensino, no Profletras/UEPM/CH, reforçam o debate sobre a aplicabilidade do estudo metalinguístico, já que os avanços da linguagem estão paulatinamente sendo exequíveis no contexto interacional entre os falantes de um dado contexto sociodiscursivo.

Dentre esses estudos sobre a língua, podemos ressaltar a visão de Neves (2003, p. 36) quando “afirma que a eficiência comunicativa está atrelada ao uso social da linguagem”. A partir dessa visão, na verdade, ela está fazendo uma crítica bastante clara aos conceitos gramaticais que entendem a linguagem como um meio desprovido de mudanças históricas. Enfatiza Neves (2012, p. 24), sobre a questão da gramática: "(...) cabe insistir em uma noção de gramática como aquele aparato que arranja os sentidos da língua (...)”, ou seja, um ensino de gramática que extrapole o sentido único, metalinguístico. Um argumento contra aqueles que compreendem a linguagem como meio formal atrelada a conceitos metalinguísticos que desconsideram quaisquer manifestações linguísticas.

Por conseguinte, Bezerra e Reinaldo (2013, p. 13) fazem uma reflexão bastante pertinente quando afirmam que:

Embora os estudos gramaticais tradicionais remetam a uma forma de análise linguística, enfatizando nomenclatura e classificação gramatical, foram consideradas insuficientes para o ensino de Língua Portuguesa na escola, quando seu objeto de estudo passou a ser o texto.

Diante dessa insuficiência do ensino de gramática, como citado acima, da necessidade de apresentar meios para a ampliação desses debates sobre o uso linguístico da gramática na sala de aula e, principalmente, para nortear o caminho entre o gramatical e o linguístico, objetivamos analisar o uso da Concordância Verbal (CV) na Gramática Tradicional (GT) e na Gramática do Português Brasileiro (GPB), com o propósito de avaliar a adequação desse conteúdo (CV), proposto por cada gramática, à realidade dos alunos do ensino fundamental II, de escolas básicas. Realizando assim, um estudo comparativo entre a visão da gramática tradicional de Almeida (1998) e a visão da Gramática do Português Brasileiro de Bagno (2013).

Buscamos respaldo nas duas gramáticas acima citadas e nos pressupostos teóricos de alguns autores como Scherre (2005), Bagno (2013), Antunes (2014), Bezerra e Reinaldo (2013), Bortoni-Ricardo (2005), Brasil (1998), Neves (2012) Palmares e Bravin (2012) e Vieira e Brandão (2013), entre outros. Autores que enfatizam a linguagem enquanto um processo construtivo pelo qual as relações dialógicas são constantemente construídas nos espaços sociais os quais os sujeitos estejam inseridos. A seguir, apresentamos a metodologia utilizada.

## **2 Metodologia**

Na presente pesquisa utilizamos a metodologia comparativista, descritiva/interpretativista. O *Lócus* da pesquisa: as aulas da disciplina Gramática, Variação e Ensino – nas aulas do Profletras (Mestrado Profissional de Letras da UEPB). Das discussões nessas aulas, surgiu a ideia de um estudo comparativo entre a gramática de Almeida (1998) de cunho tradicional e a de Bagno (2013) de cunho funcionalista. Como objeto de análise, o fenômeno linguístico – a concordância verbal – através dessas duas perspectivas abordadas nas gramáticas citadas anteriormente. Como procedimentos de pesquisa, inicialmente, a escolha das duas gramáticas, seguida da escolha de um fenômeno linguístico, relevante para o estudo e, a análise comparativa do uso desse fenômeno, nas duas gramáticas.

## **3 Resultados e Discussões**

### **3.10 ensino de gramática no contexto atual do ensino de língua**

É importante salientar que os estudos gramaticais têm uma importância bastante significativa no espaço atual de ensino e aprendizagem da língua, já que eles contribuem para que os discentes consigam entender o funcionamento interno das estruturas linguísticas inseridas nos manuais oficiais de ensino.

Diante dessa afirmação, os professores de língua portuguesa devem trabalhar aspectos que norteiam o ensino da gramática normativa, cujo objetivo maior seria demonstrar a eles que na língua há formas que variam conforme a necessidade comunicativa entre os falantes.

Os discentes, particularmente, os de camadas mais populares da sociedade devem ter o contato com a padronização da língua, sendo que o não acesso a esse arcabouço sociocultural implicará na exclusão deles no que diz respeito ao acesso aos bens produzidos nessa perspectiva linguística.

Sendo assim, os estudos gramaticais devem ser (re) integrados ao espaço escolar, na perspectiva de conscientizar os discentes de que existem diversas maneiras de comunicar, ou seja, demonstrando aos alunos que a forma padrão é apenas uma das diversas manifestações linguísticas capaz de produzir sentido comunicativo na sociedade.

Diante dessa visão democratizada do acesso à linguagem, ressaltamos o pensamento de Neves (2012, p. 203) ao afirmar:

(...) a linguagem é extremamente variável e a variação linguística implica a consideração de variáveis socioculturais. Ou seja, é na natural ambiência sociocultural de uma língua natural (politicamente inserida em uma comunidade) que se vai encontrar o parâmetro de maior relevância na apreciação de uns pelos outros quanto ao desempenho em linguagem.

De acordo com a citação acima, o estudo gramatical deve ser entendido sempre a partir de uma estrutura mais ampla da qual os sujeitos pudessem desenvolver a sua capacidade sociocognitiva, mas também o conhecimento comunicativo. Assim, para que o estudo padronizado fosse mais democrático no espaço escolar, deveríamos estudá-lo através de textos orais ou escritos, conforme houvesse a inserção de elementos discursivos.

Acreditamos que ao trabalharmos a gramática sobre esse viés, conseguiríamos fazer com que os envolvidos no ensino da linguagem, tivessem uma reflexão mais ampla acerca da necessidade de compreender a linguagem conforme as práticas sociais inseridas no contexto de produção comunicativa.

Com isso, temos que ressaltar que a Linguística do Texto, através dos estudos desenvolvidos por Koch (2015) tiveram uma contribuição bastante interessante aos estudos linguísticos interacionistas, à medida que a autora entende que a linguagem através do texto é uma ferramenta enriquecedora, permitindo aos falantes inserirem múltiplos sentidos pertencentes aos textos orais e/ou verbais.

Segundo Antunes (2014) a gramática é sempre contextualizada, na medida em que os falantes ao se comunicarem, estão exercendo em seus respectivos enunciados, estruturas sintáticas dotadas de sentido, sem as quais não haveria comunicação. Mas para que essa contextualização seja real, é necessário que o ensino da gramática adquira sempre um contexto para expressar a funcionalidade da linguagem em situações concretas de uso.

Diante disso, o ensino gramatical normativo como, por exemplo, o de Almeida (1998) fica aquém da realidade sociocomunicativa, ou seja, nos estudos

padronizados expostos nos materiais oficiais, detectamos, sem dúvida, um estudo meramente reprodutivo do saber linguístico.

O caráter de produção do conhecimento científico da linguagem defendido por Viera e Brandão (2013) é colocado em segundo plano, priorizando, assim, estudos descontextualizados da realidade de muitos discentes que, às vezes, tornam-se marginalizados linguisticamente.

Antunes (2014) vem ainda defender, paralelamente, a ideia de que gramática deveria estar imbuída de elementos fonéticos, sintáticos e pragmáticos em determinadas situações de uso. No entanto, ao estudarmos a gramática tradicional proposta na visão de Almeida (1998), ressaltamos que ela prioriza somente aspectos normativos da língua. O que há, de fato, é a preocupação de classificar elementos da língua, e quando não conseguem tais classificações, abrem espaços para as exceções da regra. Isso é, na verdade, uma última tentativa de tentar abarcar os fatores que fogem à regra gramatical.

Com isso, Antunes (2014, p. 40) enfatiza que:

(...) essa contextualização da linguagem não implica apenas a inserção da ação da linguagem em um determinado contexto. Implica mais: implica admitir que o próprio contexto é elemento constitutivo dos sentidos expressos e, assim, a linguagem não é algo que existe “fora do contexto”, ajuntado a ele de fora para dentro, como algo adicional ou apenas acrescentado.

A autora citada acima enfatiza ainda:

O contexto é parte – parte de dentro – da ação da linguagem, de maneira que os sentidos pretendidos *decorrem também dos elementos contextuais vivenciados*. Quer dizer, *o contexto é parte do poder de significação da linguagem*. ANTUNES (2014, p. 40)

Com isso, devemos também ressaltar a importância dos PCN (1998) de língua portuguesa, porque trazem muitas contribuições sobre a questão da análise linguística tradicional da gramática. Eles afirmam que a gramática deve partir de um estudo reflexivo da língua, mas também ter noções de que existem fatores extralinguísticos que podem contribuir para a produção comunicativa.

Sobre essa análise reflexiva da língua, os PCN (1998, p. 29) elucidam:

O que se deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos. O modo de ensinar, por sua vez, não reproduz a clássica metodologia de definição, classificação e exercitação, mas corresponde a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples que se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido.

Para finalizar essas discussões, as considerações elucidadas pelos PCN (1998) foram bem significativas para que os profissionais de língua e linguagem possam trabalhar no espaço escolar, instrumentos didáticos que possam enriquecer a metodologia de ensino, já que eles terão conhecimentos teórico-práticos para exercerem de forma democrática e social, os conteúdos que compõem a grade curricular de língua portuguesa.

### **3.2 Sobre as duas gramáticas e o trato com a concordância verbal**

A Gramática do Português Brasileiro escrita por Marcos Bagno, editada pela Editora Parábola em 2013, discute questões relevantes para o ensino de Língua Portuguesa expondo questões peculiares do idioma materno. Traz uma abordagem organizada em sete capítulos, sobre os fatores que estão em uso social e real dos falantes em confronto a normatização da gramática do português padrão.

É uma gramática que reflete os fenômenos linguísticos específicos brasileiros através de um tratamento diferente ao que é observado nas gramáticas normativas. Discute ainda questões, as quais são usadas pelos falantes em situações comunicativas, sob a ótica que difere da normatização e apresenta de forma clara e concisão o que de fato deve ser ensinado nas escolas.

No primeiro capítulo, intitulado “Por que Português Brasileiro” mostra a relação entre o português brasileiro e o português europeu, fazendo, de início, um percurso histórico. Em seguida, evidencia as características próprias do nosso idioma, que distinguem do idioma europeu, como as variantes existentes no Brasil.

“Certo ou errado? Quando, onde e por quê?”, título do segundo capítulo, discute questões consideradas pela tradição como sendo o errado e o correto no uso da língua.



Evidencia fatores que um determinado momento histórico é considerado errado, mas que em outro momento já foi o certo.

Evidencia também, fenômenos da atualidade que são considerados errados, mas que podem no futuro ser o certo. As relações de instabilidade nessas noções são amplamente expostas nesse capítulo, e suas implicações no que a escola deve ou não deve ensinar e de que forma.

Já no terceiro capítulo “Fala, escrita, hibridismo, ortografia” discorre sobre aspectos relevantes para o ensino de língua materna: a relação entre a oralidade e a escrita. A fala sempre entendida como forma espontânea e excluída do ensino, no entanto, a partir dela novos gêneros surgiram, tentando acompanhar a sua interação, graças ao desenvolvimento das novas tecnologias propiciando um hibridismo de gêneros.

O capítulo quarto “Para entender a gramática” explana as principais teorias linguísticas que explicam o funcionamento da língua e mostram sua importância para a compreensão do conceito de gramática.

“Português brasileiro em sala de aula”, o quinto capítulo, é descrito pelo próprio autor como sendo o mais importante, já que expõe de forma contundente o que não deve ser ensinado nas escolas. Expõe essas questões propondo a aceitação de forma tranquila, pois são formas que ou já não ocorrem ou estão presentes nos usos sociais dos falantes.

No sexto capítulo “Erros a evitar: a hipercorreção” vai entender esse fenômeno como sendo sociológico e linguístico, que precisam ser compreendidos por todos que fazem parte do sistema educacional brasileiro. A hipercorreção leva os indivíduos a cometerem erros simples por não usarem regras do seu código linguístico, e ao cometê-los, também, por seguir fielmente as normas gramaticais que não ocorrem mais na língua em uso.

E no último capítulo “Quatro aulas práticas” é proposto quatro aulas baseadas em situações que geram dúvidas quanto ao seu ensino. Elas baseiam-se nas investigações do uso da língua em situação real e social.

É evidente que essa gramática foi organizada de forma que os interessados no funcionamento da Língua Portuguesa compreendam seus fenômenos linguísticos, oriundos das situações sociais da língua, fazendo, assim, uma reflexão dos fenômenos atuais da língua a partir de uma reflexão histórica, cultural e política. E mostra o que realmente deve ir para as salas de aula e o que não cabe mais ao ensino, porque já não ocorrem em situações reais do uso da língua materna.

Por sua vez, a Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Almeida (2009) apresenta uma estrutura focada em aspectos que norteiam essencialmente fatores prescritivos da língua, já que nos capítulos que sucedem, presenciamos uma formatação, isto é, uma escolha gramatical que contempla a normatização da língua.

A gramática de Almeida (2009) apresenta 65 capítulos, sendo que nenhum deles faz menção à linguagem como instrumento que foca no indivíduo o papel de desenvolver a comunicação verbal através da interação discursiva, uma vez que não apresenta nenhum estudo que entenda a variação linguística presente nas práticas sociais. Sendo assim, o referido autor compôs o seu trabalho contemplando aspectos extremamente formais da língua portuguesa.

Essa observação é pertinente, tendo em vista que ao fazemos uma análise minuciosa de sua gramática, verificamos que ela está estruturada da seguinte forma:

- Entre os capítulos – 1 a 7 – têm estudos voltados à fonética;
- Nos capítulos de – 8 a 43 – observamos estudos morfológicos;
- Os capítulos de – 44 a 53 – presenciamos o foco na sintaxe;
- Os capítulos de – 54 a 59 – verificamos a análise da regência verbal e nominal;
- Por fim, entre os capítulos 60 a 65 existem a presença dos estudos do período, gerúndio, particípio e infinitivo e pontuação.

A partir da análise das duas gramáticas supracitadas, observamos nitidamente uma diferenciação básica, no que concerne o foco de estudo sobre a concordância verbal, uma vez que a gramática tradicional considera o verbo concordando com o sujeito, por sua vez, a gramática funcional apregoa a ideia de que é o sujeito que deve concordar com o verbo.

Sobre essa dicotomia em considerar o eixo central da estruturação enunciativa, podemos afirmar que existe, de fato, a presença de duas visões opostas em relação à concepção de linguagem que está sendo posta em evidencia ao privilegiar ora o sujeito, ora o verbo como parte central do enunciado.

Na visão normativa de Almeida (2009) há uma clara tendência em abarcar a concepção de que o sujeito é o centro das discussões comunicativas. Com isso, podemos afirmar que a concepção de linguagem abordada nesse enfoque é a que Koch (2017) chama de sujeito como representação do pensamento, ou seja, nessa concepção linguística, os interlocutores envolvidos nos atos comunicativos são passivos,



sem que haja necessariamente uma interação verbal entre os interlocutores.

Em contrapartida, a gramática funcional de Bagno (2013) o foco discursivo passa a ser a linguagem interacionista em que os interlocutores agem com seres sociais ativos dialogicamente.

Sobre isso, Koch (2017, p.10) reflete:

(...) na concepção interacionista, os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que (...) se constroem e são construídos no texto, considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores.

Sobre essas mudanças de concepções de linguagens presentes nas duas gramáticas analisadas nessas discussões, Scherre (2005) também entende que o sujeito deve ser deslocado para um segundo plano discursivo, priorizando, assim, o verbo como elemento norteador que vai produzir múltiplos sentidos a partir da interação verbal entre os sujeitos sociais.

Diante dessa circunstância, Bagno (2013) levando-se em consideração os estudos propostos por Scherre (2005), aplica em sua Gramática do Português Brasileiro, estudos nessa mesma perspectiva elucidada pela autora, uma vez que serviu de base teórica para colocar o verbo em primeiro plano do discurso, pois ele considera tal elemento como sendo capaz de disseminar os diversos sentidos encontrados em quaisquer meios dialógicos.

A escolha pelo verbo deu-se na tentativa de abarcar os possíveis avanços que porventura a língua pudesse perpassar ao longo do processo histórico e social. Essa tentativa foi bastante válida, porque todos sabem que as práticas discursivas que ocorrem diariamente na sociedade são carregadas de ideologias que, muitas vezes, conseguem excluir os falantes nativos de uma dada língua.

Com relação à aceitação de que a concordância verbal sob a ótica do verbo é capaz de ampliar a discursividade, conforme as interações verbais fossem postas em prática, através de aspectos discursivo-semânticos que, certamente, pelo viés normativo da língua não seria capaz de inserir todas essas manifestações linguísticas, a padronização linguística não conseguiria compreender seu bojo teórico, outras manifestações da linguagem, devido ao fato

dela estar ligada aos órgãos oficiais que regulamentam a língua.

Com isso, estamos querendo chamar a atenção para que haja uma reformulação no caráter sociopolítico da linguagem, isto é, a partir dessas mudanças políticas, as instituições oficiais que regulamentam o ensino no país possam considerar também as formas verbais que fogem às regras padrões da língua portuguesa.

Sobre isso, Vieira e Brandão (2013, p. 101) afirmam:

De modo geral, as reflexões ora apresentadas sobre o ensino da concordância verbal sublinham a importância do aproveitamento dos estudos linguísticos para uma prática de ensino que se quer pautada em normas reais, apreendidas dos diversificados contextos de uso da língua.

Elas continuam a tecerem críticas sobre a norma ideal que desconsidera, assim, quaisquer produções de enunciados que não se atentem à padronização da língua. Na verdade, elas estão defendendo que ocorra uma mudança da norma ideal para a norma real da língua, pois elas acreditam que essa mudança de posicionamento sobre essas normas, acarretaria, assim, uma nova postura na concepção de entendimento da linguagem e suas diversas formas de produção.

Com essa nova dinâmica da língua, elas consideram que:

A partir dos objetivos centrais do ensino de Língua Portuguesa, deve-se promover o raciocínio lógico-científico do aluno, com base em atividades reflexivas, para que ele desenvolva o conhecimento acerca da concordância verbal ou não-concordância, de modo a fazer opções linguísticas conscientes na produção de textos orais e escritos. VIEIRA E BRANDÃO (2013, p. 101).

Nessa nova perspectiva de ensino, os alunos sentir-se-iam mais confortáveis para poderem fazer as suas escolhas linguísticas em dados contextos de produções de textos quer sejam orais, quer sejam escritos. Todavia, concordamos também que a escola não pode excluir dos alunos o contato com os bens de produção mais elaborados como, por exemplo, o acesso à literatura dos clássicos brasileiros e mundiais, porque caso aja desse modo, sem

dúvida, estaria apregoando a exclusão social desse material sociocultural.

### **Considerações Finais**

A partir das leituras efetivadas nas duas gramáticas pudemos observar que: a concordância verbal na gramática tradicional se distancia da realidade dos falantes brasileiros, principalmente, dos falantes das escolas públicas que, muitas vezes, apresentam uma diversificação bastante ampla de formas linguísticas.

Por sua vez, a gramática de Bagno (2013) consegue ser mais efetiva no que diz respeito a reconhecer a pluralidade linguística apresentada pelos discentes brasileiros. Por isso, devemos ter a consciência de entender o que distingue ambas é o fato de se aproximarem, ou se distanciarem da realidade linguística brasileira, de serem mais ou menos excludentes.

Portanto, para que haja uma democratização do ensino da linguagem no espaço escolar, é necessário que não devemos excluir a gramática normativa da sala de aula, mas a partir dela, inserir o aluno na realidade linguística brasileira, mostrando os usos do padrão, do culto e do coloquial no dia a dia na nossas atividades sociais

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. São Paulo: Parábola, 2014.

BAGNO, Marcos. **Gramática de bolso do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2013.

BEZERRA, Maria Auxiliadora, REINALDO, Maria Augusta. **Análise Linguística: afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça, ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**.

São Paulo: Contexto, 2017.

\_\_\_\_\_ **Introdução à linguística textual.** São Paulo: Contexto, 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática passada a limpo:** conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola, 2012.

PALOMANES, Rosa, BRAVIN, Angela Marina. **Práticas de ensino do português.** São Paulo: Contexto, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005

VIEIRA, Silvia Rodrigues, BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Ensino de gramática:** descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2013.